



OPINIÃO ECONÔMICA

MARCOS SAWAYA JANK

Sobre agriculturas e agricultores

Falsas dicotomias prosperaram no Brasil dividido dos últimos anos. Professores do ensino médio chegam a dividir as classes, com metade dos alunos argumentando a favor do “agronegócio” e a outra metade a favor da “agricultura familiar”. Esse mesmo anacronismo é visto na mídia e na política. No segundo texto da série “agrofalácias”, quero tratar da taxonomia de agriculturas e agricultores que proliferou no País sem nenhum rigor analítico: agronegócio versus agricultores familiares, grandes versus pequenos produtores.

No artigo anterior, procurei mostrar que agronegócio é apenas uma delimitação do conjunto de cadeias de valor formadas a partir de produtos agropecuários: indústrias de máquinas e insumos, agricultores de todos os tipos e tamanhos, agroindústrias processadoras, distribuidores, varejistas, e outros.

Nesse contexto, tamanho físico não é documento para participar ou não do agronegócio.

Pequenos produtores integrados às indústrias de frangos e suínos são parte do agronegócio, assim como os que vendem hortaliças, flores, cachaça e queijos artesanais.

Já os pequenos que vivem apenas para a subsistência ou as grandes propriedades que não geram excedentes comercializáveis não fazem parte do agronegócio.

Ocorre que 99% dos agricultores brasileiros têm gestão familiar. E o conceito básico para separar agriculturas e agricultores não deveria ser o tamanho da propriedade ou o número de pessoas que ela emprega, como na atual definição de “agricultura familiar”.

Deveria, sim, ser a rentabilidade e a capacidade de inserção de cada agricultor nas cadeias de valor do agronegócio.

Em outras palavras, o que interessa não é se o agricultor é grande ou pequeno, se emprega ou não, mas a sua capacidade de empreender, de gerar excedentes e lucros, de se inserir nos mercados.

No excelente livro “História do Brasil com Empreendedores”, Jorge Caldeira mostra o papel do empreendedor no desenvolvimento do Brasil, com uma abordagem inovadora em relação à historiografia tradicional, pautada pelo latifúndio escravocrata exportador, da casa grande versus senzala, da metrópole versus colônia.

Caldeira mostra que tivemos um mercado interno bem robusto

no Brasil colonial, sustentado por uma grande quantidade de pequenos, médios e grandes empreendedores independentes, na maior parte do tempo lutando contra a ação deletéria do governo.

Na agricultura do século XX, acontece o mesmo: imigrantes viraram “colonos” no Sul e no Sudeste do País e mais tarde migra-

deias produtivas.

São esses os fatores que construíram a revolução agrícola tropical brasileira.

Os que fizeram parte dela cresceram e se tornaram globais. Os ineficientes já saíram ou vão sair do (agro)negócio, sejam eles grandes ou pequenos, barões ou agricultores de subsistência, latifundiários ou assentados.



O que interessa não é se o agricultor é grande ou pequeno, mas a sua capacidade de empreender

ram para o Centro-Oeste em busca de escala para sobreviver.

A pequena propriedade do colono no Sul vira a grande plantação de hoje no Centro-Oeste.

O migrante italiano que veio colher café vai produzir cachaça em alambique próprio e depois constrói as grandes usinas sucroenergéticas de hoje.

Pode parecer chocante, mas a história recente da agricultura brasileira pouco tem a ver com as capitanias hereditárias e os velhos barões do açúcar e do café.

Sua gênese reside na migração, na inovação tecnológica do último meio século, no empreendedorismo e na integração das ca-

Foi o empreendedorismo que permitiu aos agricultores brasileiros sobreviver no mercado global, ainda que o Brasil nunca tenha reconhecido o seu papel histórico e social.

A história brasileira é contada pelo lado dos coronéis, dos governantes corruptos, dos escravos e dos índios. Raramente se fala dos italianos, dos japoneses, dos gaúchos e dos paranaenses que cresceram, desbravaram e se tornaram globais.

MARCOS SAWAYA JANK é especialista em questões globais do agronegócio. Atualmente trabalha em Cingapura.